

Notas de Análise Sobre a Era FHC (1994-2002)¹

José Carlos Martines Belieiro Júnior²

Resumo

O objetivo deste artigo é fazer uma breve análise da política de reformas liberais do governo Fernando Henrique, buscando uma interpretação que articule a dimensão da política e da economia, como parte de uma lógica mais ampla de implantação de um novo modelo de capitalismo para o Brasil.

Palavras-chave: Governo FHC. Política econômica. Reformas liberais.

A Brief Analysis of the FHC Age (1994-2002)

Abstract

The objective of this article was to provide a brief analysis of the liberal political reform of Fernando Henrique's government. We tried to explain the political and economic dimensions as part of a broader logic of establishment of a new model of capitalism in Brazil.

Keywords: FHC government. Political economics. Liberal reform.

Introdução

O objetivo principal deste trabalho é fazer uma breve análise política das políticas de reforma econômica durante o período em que Fernando Henrique Cardoso ficou à frente da

¹ Este trabalho é parte da pesquisa que vem sendo realizada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, cujo projeto “Globalização e Desenvolvimento: o BNDES na Era FHC (1994-2002)”, está sob orientação do Prof. Dr. Renato Monseff.

² Professor Universitário. Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorando em Sociologia na Universidade Federal do Paraná, Curitiba-BR. E-mail: jcmbjunior@yahoo.com.br.

Presidência da República em seus dois mandatos consecutivos (1994-2002). A orientação central que inspira este pequeno trabalho é a rica tradição na ciência política brasileira³ e internacional preocupada em entender as complexas relações entre o Estado e o mercado, cujo sentido teórico mais importante é o olhar sobre a economia a partir de um cientista político e buscar ajudar a entender melhor o papel do Estado na economia.

No caso brasileiro, as questões que perpassam a nossa experiência mais recentes têm a ver com grandes processos estruturais, seja no âmbito da economia brasileira, em que a abertura e a internacionalização são as principais marcas; seja no interior da política, onde o desafio ainda é o da estabilização do regime democrático num ambiente econômico incerto. Por isso, discutir a Era FHC é uma tentativa de contribuir para o debate sobre as possibilidades da democracia, do efetivo crescimento econômico e da verdadeira ampliação dos direitos de cidadania.

*

A Era FHC (1994-2002) deverá seguramente entrar para a História do Brasil como uma época de grandes mudanças. Trata-se de um conjunto de transformações operadas a partir de seu governo que atingiram diretamente a sociedade, a economia e o Estado. Portanto, justifica-se a idéia de que essas propostas de mudança se referem a toda uma estrutura da sociedade e FHC de fato pretendeu realizar essas mudanças. A diferença fundamental é que pela primeira vez um governo encampou vários projetos de mudança a partir de um novo paradigma interpretativo, o neoliberalismo. Sem nenhuma dúvida, foi a primeira iniciativa política claramente comprometida com uma estratégia reformista baseada no ideário liberal.

Creio não ser necessário recuperar o contexto histórico em que a retórica liberal começa a ganhar força no mundo pós-89 no Brasil e na América Latina. É verdade dizer que a política de reformas liberais começa com Collor em 1990, mas com FHC assume verdadeiramente uma feição estratégica mais definitiva, e a adesão de FHC ao conjunto de orientações vindas do chamado Consenso de Washington, referendado pelos organismos financeiros multilaterais, colocando definitivamente o Brasil no roteiro de países a adotar medidas com explícitas recomendações liberais. Desse modo, o liberalismo do governo FHC assume um caráter ainda mais inédito quando se observa a experiência histórica brasileira, que construiu sua trajetória de modernização social e econômica praticamente à margem das receitas liberais.

Como acontece nos grandes momentos de mudança, o ímpeto reformista de FHC, implicou numa crítica revisão do passado. Assim, as claras mensagens de superação desse

³ Ver principalmente Sola (1993) e Sallum Jr (1999, 2000 e 2003), entre outros.

passado, tinham como principal alvo a Era Vargas, identificada como sinônimo de atraso, na qual por extensão, entrariam o nacionalismo econômico, o estatismo e todas as demais instituições montadas nos tempos do nacional-desenvolvimentismo. O esforço heróico de FHC e seu grupo foi mesmo o de desmontar um sistema estruturado num tipo de Estado, num tipo de economia e num tipo de sociedade que aos olhos reformistas, estavam bastante atrasados diante dos imperativos técnicos e econômicos da globalização econômica e financeira.

Se FHC pretendeu acertar as contas do glorioso passado varguista com a adoção de reformas liberais, havia também um importante elemento, associado ao próprio processo de transição democrática brasileira. Refiro-me aqui a uma agenda não resolvida pelos governos que antecederam FHC no poder. Como se sabe, os anos 80 ficaram conhecidos como a “década perdida” e a referência por mais exagerada que fosse, tinha evidentemente uma razão importante de ser: a escalada da inflação e o insucesso recorrente de todos os planos de estabilização, 4 tentativas com Sarney e 2 tentativas com Collor.⁴ Do outro lado da problemática econômica, além da inflação incontrolável, estava a questão do crescimento econômico. O fracasso nas tentativas de vencer a inflação também acabava por inviabilizar estratégias mais ousadas e duradouras de crescimento, deixando a sociedade brasileira verdadeiramente perdida, numa situação bastante dramática de incerteza. Em outras palavras, o governo FHC não podia dar errado.

A questão da inflação

O combate à inflação colocou-se imperativamente como principal preocupação do governo FHC mesmo antes do início de seu mandato. A conversão da tema da inflação à condição de questão pública número um para o país tem a ver com a nossa história recente, já apontada, de trajetória explosiva e incontrolável dos preços. O diagnóstico da equipe de FHC era que sem um efetivo controle de preços, tudo mais seria impossível de fazer. Ou seja, sem estabilidade não haveria condições para um novo ciclo duradouro de crescimento econômico para um país que viveu em seu passado recente momentos bem melhores.

O fato é que durante todo o período FHC prevaleceu a concepção, até certo ponto bastante economicamente determinista, de que só vencendo a batalha da inflação estariam assim

⁴ Plano Cruzado, Cruzado II, Plano Verão, Plano Bresser; Plano Collor I e Plano Collor II.

garantidas as condições para uma boa saúde social, econômica e política para o país. Ou seja, para salvar o Brasil da crise e da instabilidade permanente, a tarefa primeira era vencer a inflação. É claro que havia uma verdade trágica para a consciência da política da sociedade brasileira contada pelos fatos: de 1986 até 1994, o país já havia experimentado 5 planos econômicos de estabilização, 4 diferentes moedas⁵ e uma hiperinflação que se notabilizou por ser uma das maiores do mundo.

Quando o Plano Real foi lançado em 1993, ainda no governo Itamar Franco, época em que Fernando Henrique era seu Ministro da Fazenda, a inflação havia fechado em mais de 1.500%! Os resultados dos anos posteriores a 93 e 94 dão a clara dimensão do efetivo sucesso do Plano Real em controlar a inflação em taxas extremamente baixas ao longo de seu governo, como se pode ver na tabela 1. É preciso considerar que o sucesso do Plano Real tem muito a ver com a experiência passada da política econômica dos governos anteriores. Em primeiro lugar, se refere à própria concepção inercial da inflação, como é sabido, uma interpretação da inflação brasileira surgida na primeira metade dos anos 80 por um grupo de jovens economistas da PUC carioca.⁶ Assim, FHC obteve êxito com um programa de estabilização cujo modelo teórico havia servido de inspiração para o Plano Cruzado⁷ do Governo Sarney (1986-90). Nesse sentido, não seria nenhum exagero afirmar que o Plano Real é filho direto e melhorado do Cruzado, já que o fracasso de estratégia do Cruzado foi fundamental para que o grupo de economistas que estiveram juntos na pilotagem do Cruzado, aprimorassem problemas e acertassem determinadas escolhas que, tomadas num outro contexto, pudessem efetivamente terem sido equivocadas.

Por trás das centrais preocupações com a inflação, prevaleceu no governo o diagnóstico básico de que a economia brasileira precisaria urgentemente se adaptar ao novo ambiente econômico internacional, como condição para colocar o país na rota da modernização econômica e social. Não é à toa que a tese do caminho único e a adesão pragmática às teses da inevitabilidade do processo de globalização ganharam força, assumindo muitas vezes, uma retórica arrogante, buscando desqualificar os críticos de seu governo como nacionalistas presos ao passado.

⁵ Os planos são: Plano Cruzado, Plano Verão, Plano Bresser, Plano Collor e Plano Collor II. As moedas: Cruzado, Cruzado Novo e novamente Cruzeiro e finalmente, Real.

⁶ Ver principalmente Arida (1986) e Lopes (1986).

⁷ A bibliografia sobre o Cruzado é bastante extensa. Entre os principais, destacaria: Bier, Paulani e Messenberg (1987); Singer (1987); e, finalmente, Sardenberg (1987).

Elevando o combate à inflação como prioridade absoluta de seu governo, é compreensível que a principal política de FHC tenha sido de fato a política econômica, tornando-se, como não poderia deixar de ser, o motivo central de polêmicas, debates e conflito de seu governo, mobilizando todos os atores relevantes da sociedade brasileira: a classe trabalhadora, o empresariado, os intelectuais, a mídia, etc. E as críticas à política econômica não vinham apenas dos grupos políticos de oposição de fora do governo, mas de dentro da própria equipe de FHC, principalmente dos economistas associados ao desenvolvimentismo, agrupados em arenas importantes como o Ministério do Planejamento e o BNDES.⁸

Desse modo, para os críticos, a política econômica de FHC, executada com êxito por Pedro Malan, apenas se preocupava com a estabilização, deixando o crescimento econômico em segundo lugar. Neste aspecto, o debate que aconteceu durante o governo FHC em torno da política econômica, se agrupou na conhecida polarização estabilização x crescimento, em que se reuniam “liberais-desenvolvimentistas” contra os “liberais-fundamentalistas”, usando os termos do professor Brasílio Sallum.⁹ Os argumentos situavam-se nas considerações daqueles que de um lado, defendiam que os custos em manter a inflação baixa se faziam sentir no crescimento pífio e irregular da economia brasileira, e de outro, os governistas, que respondiam que o crescimento com inflação não é mais possível para um país como o Brasil.

Para as razões de FHC, a questão fundamental era buscar formas concretas de superar de vez o nacional-desenvolvimentista estatista que prevaleceu no país entre os anos 30 e 70. Mesmo reconhecendo o legado do Estado desenvolvimentista para a economia e a sociedade brasileira, para a política de FHC era preciso remodelar o Estado para um novo desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, é interessante pensar a idéia da política econômica enquanto uma dimensão de refundação da Nação em sentido forte, especialmente quando seria ela o instrumento racional de toda uma mudança estrutural, que atingiria todas as esferas macro da organização social, política e econômica do país.

Em todo caso, é inegável considerar que a questão mais problemática de toda política econômica de FHC foi sua relação com a política de crescimento, sendo necessário avaliar com cuidado se há realmente sentido falar numa política de crescimento na Era FHC, haja vista que de modo geral, a política econômica muitas vezes pareceu estar em rota contrária às iniciativas pró-crescimento, reivindicadas sabidamente dentro e fora do governo. Daí que o crescimento da

⁸ Pretendo recuperar o debate político no interior do governo FHC, como parte da pesquisa de Doutorado.

⁹ Ver Sallum Jr (2000).

economia brasileira ao longo do período, ficou muito mais sujeito às oscilações da conjuntura internacional e das oportunidades geradas pela economia mundial do que propriamente de uma política deliberada de crescimento incentivada pelo governo. Questão que só foi parcialmente respondida pelo governo, no segundo mandato de FHC quando foi criado o Ministério do Desenvolvimento. Não houve portanto crescimento continuado da economia, houve sim muitas oscilações e a impressão generalizada em todos segmentos da sociedade brasileira de que a política econômica era na verdade a grande inimiga da política de crescimento.

O Plano Real

O Plano Real foi lançado em setembro de 1993, último ano de mandato de Itamar Franco quando FHC era seu Ministro da Fazenda. Dando certo, garantiria uma vitória de FHC nas eleições presidenciais de 1994 contra o candidato da esquerda Lula (PT) e ajudaria decisivamente a viabilizar o governo de FHC e seu grupo político, bem como a continuidade do processo de reformas liberais. A nova moeda foi lançada em agosto de 1994, meses antes das eleições de outubro, ajudando decisivamente a colocar FHC na Presidência da República nas eleições nacionais.

Visto do conjunto, a política econômica de FHC foi bastante complexa e amparou-se em vários caminhos estratégicos. A política fiscal, a política monetária, a política de privatizações, e a política de abertura econômica contemplam esse vasto campo teórico e político orientado em promover mudanças profundas na ordem social, econômica e política. Para o Estado, caberia um papel disciplinador e orientador do desenvolvimento econômico, longe da posição central que o Estado brasileiro assumiu no passado. Na visão liberal de FHC, o Estado brasileiro já havia esgotado seu papel de principal financiador do crescimento.

Além da boa arquitetura econômica, a garantia de sucesso do plano também passava pela dimensão fiscal. Para isso, foi negociado no Congresso Nacional o Fundo Social de Emergência, que funcionaria como fundo de reserva, um colchão financeiro para o plano. Além disso, houve o aumento de alíquotas de tributos, reativação de outros, como a IPMF e corte de despesas.¹⁰ A ênfase colocada na questão fiscal seria decisiva para moldar a estratégia que se seguiu ao lançamento do Real, em praticamente todo o período FHC.

¹⁰ Para mais detalhes sobre o Plano Real, ver entre outros: Filgueiras (2003).

Para o grupo formulador, o equilíbrio fiscal do Estado seria uma condição indispensável para o sucesso das medidas, adotando uma política severa nessa área. Uma delas foi a política estabelecida com os governos estaduais, tanto nas contas públicas, quanto na questão dos bancos estaduais. Agindo como verdadeiro disciplinador dos gastos dos Estados, o governo FHC perseguiu fortemente a estratégia de que para superar a crise fiscal do Estado brasileiro, responsável afinal de contas pela inflação, e conseguir colocar o país e a economia numa rota segura de desenvolvimento, teria que haver um longo, penoso processo de ajuste fiscal, corte de gastos e disciplina financeira. Mais uma vez, o governo FHC respondia aos excessos do passado, tentando evidentemente superar o populismo econômico, fortalecendo a idéia de uma política econômica responsável, baseada na estrita racionalidade econômica.

Mesmo com a inflação sob controle, como foi o período FHC, a energia e a mobilização política para manter a estabilidade dos preços foi bastante grande. Os custos sociais e políticos da manutenção da política de estabilização também foram efetivamente altos e mesmo que o sucesso em vencer a inflação tenha garantido a FHC dois mandatos sucessivos no mais importante posto de poder do país, isto não invalida o fato de que o Plano Real e a política econômica de FHC não trouxeram ao país estabilidade e segurança definitivas.

Em função disso é preciso avaliar as crises que ocorreram durante os oito anos de seu mandato, que foram detonadas pela própria lógica da política econômica, o que evidencia o caráter problemático e instável da política de manutenção do Real. A questão cambial, notória pela dimensão em que assumiu como divergência central dentro do governo e da equipe econômica, tornou-se o principal pomo de discórdia. A fragilidade da economia brasileira diante das pressões externas e a impotência do Real em administrar minimamente essa frente de vulnerabilidade também demonstraram claramente as fraquezas da política econômica. De certo, nos momentos mais críticos, 1995 e 1998, os fundamentos do Plano Real ficaram seriamente abalados. Como se sabe, a política cambial mantida no esquema da paridade fixa durou quatro anos sob inúmeras críticas e com um grande custo financeiro para o país.

A política de privatizações

A política de privatizações foi um tipo de política em que o governo FHC esmerou-se em dar certo. Como se sabe, o diagnóstico básico do grupo que venceu as eleições de 1994 era de

que a reforma do Estado brasileiro passava necessariamente por uma ampla revisão das empresas estatais, consubstanciada numa política geral de venda de empresas ao mercado. É verdade indubitável que na construção do Brasil industrial, o Estado não poupou energia na criação de estatais que foram imprescindíveis para viabilizar o desenvolvimento. No entanto, ao final dos anos 80, o Estado brasileiro dispunha de um grande número de empresas, em diferentes setores da economia. Em alguns setores, mantinha grandes monopólios, como na telefonia e no petróleo. Nesse aspecto, as privatizações se articularam com uma política que pretendia modernizar a economia brasileira, quebrando os monopólios estatais e entregando-os à concorrência do mercado, abrindo inclusive setores a uma maior participação do capital estrangeiro.

Amparado no consenso liberal que havia tomado conta das análises dos problemas latino-americanos, Collor já havia de fato iniciado uma política de privatizações. Com resultados modestos mas conseguindo vender ao setor privado empresas importantes como a siderúrgica Usiminas e outras. Para FHC, as privatizações eram absoluta prioridade, seja no sentido de desafogar o Estado das grandes tarefas econômico-estratégicas do passado, seja para obter recursos extras para o caixa do governo. Em muitos casos de empresas vendidas, as decisões do governo passaram por cima de todas as críticas, vindas essencialmente do movimento sindical e de grupos políticos de esquerda, contrários ao programa de vendas. De outra parte, havia grupos nem tão contrários às privatizações mas que questionavam sobretudo a forma pela qual foram leiloadas as estatais. Com crítica ou não, o fato é que FHC vendeu boa parte do patrimônio industrial público construído em décadas no Brasil. Empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional, inaugurada em 1943 por Vargas, a Companhia Vale do Rio Doce, um gigante da mineração, além do sistema Telebrás que atendia o país todo, foram leiloadas e entregues à iniciativa privada.

Na lógica do PSDB e dos próprios organismos financeiros multilaterais, as estatais eram o lugar da ineficiência produtiva, misturado ao empreguismo natural do serviço público brasileiro e que, portanto, só a iniciativa privada poderia realizar a mudança que a sociedade, na avaliação do governo deveria passar: o famoso choque de capitalismo, ou seja, mais produtividade, mais concorrência, mais eficiência. Para FHC, o Estado já havia feito demais, criando todas as condições para desenvolvimento em bases capitalistas no país. Missão agora que deveria ser cumprida pelos próprios capitalistas agindo livremente no mercado onde o Estado deveria apenas regular.

Tema importante da agenda de reformas de FHC, a política de privatizações representou um grande avanço no processo de reformas conduzidas no país, segundo a orientação ideológica que passou a prevalecer no Brasil e América Latina, políticas que tornassem a economia mais competitiva e o Estado cuidando de funções sociais essenciais. Países como Argentina, Chile e México também realizaram grandes programas de desestatização, promovidos por governos reformistas.

No caso de FHC, em todo o período à frente do governo, foram vendidas 35 empresas estatais federais, arrecadando cerca de 20US\$ Bilhões¹¹ em recursos reais. São empresas de diferentes tamanhos e setores da economia, na qual se incluem o siderúrgico, petroquímico, de fertilizantes, o setor ferroviário, elétrico, mineração, portuário e o setor financeiro. Neste caso, vale dizer a lógica das privatizações não atingiu apenas a economia industrial com a venda das empresas, mas também a economia do setor financeiro com a venda de grandes instituições financeiras, que foram privatizadas principalmente nos Estados da Federação. Embora se reconheça que as instituições federais tenham sido preservadas, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, isso não significa dizer que FHC não tenha efetivamente conduzido uma ampla política de reforma do sistema financeiro estatal. Como se sabe, essa política atingiu fortemente os estados da federação, que em muitos casos foram colocados sob forte pressão. Em praticamente todos os Estados, houve venda de bancos públicos estaduais, inclusive em São Paulo com o Banespa, no Paraná com o Banestado, no Rio com o Banerj, e em muitos outros casos, os governos estaduais ficaram sem uma instituição financeira pública. Ainda assim, os Estados também realizaram programas de vendas de empresas públicas, como no caso da telefonia fixa e energia elétrica.

Nesse sentido, a política de privatizações de FHC não se deu apenas no plano federal mas na verdade, no país todo. A convergência do partido no poder, o PSDB, certamente contribuiu para harmonizar os interesses das privatizações entre os Governos Estaduais e o Governo Central. Rio de Janeiro e São Paulo ilustram bem a situação, tendo em vista que eram governos aliados de FHC.

Para os críticos das privatizações, faltou ao governo critérios objetivos para a venda de empresas. Muitas foram vendidas rapidamente, com preços mínimos muito abaixo do real valor de mercado. Para setores ideológicos mais nacionalistas, a capacidade de planejamento estratégico do governo ficaria seriamente comprometida, na medida em que setores como

¹¹ Ver mais detalhes em Biondi (1999).

distribuição de energia elétrica e telecomunicações, estavam de fato sendo entregues nas mãos do setor privado. O governo respondia que era impossível para um Estado endividado continuar mantendo tantas empresas, algumas delas necessitando de profundo enxugamento com vistas a melhorar a produtividade e baixar custos. Por isso, melhor deixá-las sob o cuidado de capitalistas.

Outra questão relevante do debate público sobre as privatizações de FHC, diz respeito ao papel do BNDES no programa. Desde o início, o banco ficou encarregado pela gestão do PND (Programa Nacional de Desestatização), e o alvo das críticas não é tanto a gestão mas a ativa presença da instituição como prestador de recursos para grupos compradores, sejam eles, bancos privados nacionais ou grupos empresariais nacionais e estrangeiros. Esse expediente foi bastante utilizado, onde o banco efetivamente participou ativamente. As chamadas moedas podres compareceram com cerca de 22% das privatizações federais do período. Ou seja, quase um terço dos recursos das vendas não era formado por moeda real.

A política de reformas constitucionais

A política de reformas de FHC não poderia ser efetivamente realizada se não estivesse acompanhada também de amplas mudanças na estrutura legal do país. A ordem jurídica emergida com a Constituição de 1988 ainda era bastante compatível com o nacional-desenvolvimentismo e mantinha muitas das estruturas de uma economia essencialmente estatista. Era preciso portanto mudar a Constituição brasileira para abrir caminho para a construção do projeto liberal de FHC. Tarefa que requereu do grupo no poder uma bem articulada estratégia política que viabilizasse no Congresso Nacional e com as forças políticas aliadas do Presidente, aprovação de reformas constitucionais que tornassem possível a execução da agenda de reformas de FHC. Mudanças na ordem política e econômica do país que exigiram do grupo no poder, mudanças na ordem constitucional brasileira implantada pós-88.

No âmbito do debate político em torno das reformas, a Constituição de 88, considerada por muitos a que mais avança na construção da democracia e dos direitos, batizada inclusive de a “Constituição cidadã”, recebeu do governo FHC pesadas críticas. Os taxativos “estatista” “corporativista” apareceram no discurso com forte caráter pejorativo, fortemente associados ao atraso e à ineficiência. Considerada antiquada em relação à nova realidade imposta pela

globalização, a Constituição de 1988 passou por ampla reforma para atender aos objetivos liberais do governo FHC.

Para fazer valer suas tarefas de governo, especialmente num contexto reformista, a engenharia política de FHC precisou ser eficiente para garantir um mínimo de operacionalidade ao governo. A conquista da maioria parlamentar através da aliança do PSDB¹² com o maior partido da direita brasileira, o PFL, foi fundamental nesse sentido. Num quadro de muitos partidos de uma cultura política individualista, FHC conseguiu montar uma estratégia política concentrando poderes em arenas restritas, buscando dessa forma, minimizar os conflitos dentro do sistema político. Dessa forma, FHC conseguiu aprovar muitas medidas de seu ideário reformista, contrariando interesses e desconsiderando o caráter impopular das medidas.

Conclusões

O país deixado por Fernando Henrique em 2002 é bem diferente daquele de 94, quando iniciou seu período de oito anos no poder, para o bem ou para o mal. No campo complexo da avaliação de seu governo, as divergências entre os analistas são bastante grandes, como não poderia deixar de ser, e refletem evidentemente posições distintas sobre o modo como as reformas foram conduzidas por FHC. Seja na ênfase dada à questão da estabilidade monetária, seja no chamado “desmonte do Estado” através da política de privatizações ou nas reformas da Constituição de 88 para liberar o capital dos entraves estatistas, as análises da era FHC estão longe de alcançar unanimidade.

O objetivo deste trabalho não era exatamente fazer uma avaliação do positivo e do negativo do governo FHC mas apenas trazer as questões para o debate político e acadêmico. No entanto, impossível desconsiderar que há elementos mais positivos do que propriamente negativos na avaliação do governo FHC. Trata-se de um governo de muitas mudanças, muitas das quais em curso bastante recente, mas ainda assim, difícil não considerar que o país, depois de FHC, parece ser mais arejado e que introdução de temas liberais na agenda política brasileira não parece ser tão nefasta para a sociedade, para a política e principalmente para a economia.

Amparado na “lógica do inevitável” para fazer valer sua retórica reformista, os anos FHC moldaram um consenso em torno de determinados temas, problemas e formas razoáveis de

¹² Ver em mais detalhes: Figueiredo, Limongi e Valente (1999).

resolvê-los. Assim, o principal legado de FHC é o fato de ter colocado o país num caminho sem volta: ou seja, daqui pra frente, as reformas liberais serão ainda mais aprofundadas, e as amarras em torno da racionalidade indelevelmente mais fortes.

Tabela 1 - Inflação e Crescimento no Governo FHC

	Inflação	Crescimento Econômico
1994	1.093,83%	5,85%
1995	14,77%	4,22%
1996	9,33%	2,66%
1997	7,48%	3,27%
1998	1,71%	0,13%
1999	19,94%	0,79%
2000	9,80%	4,36%
2001	10,40%	1,31%
2002	26,41	1,93%

Fonte: IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)

Referências

- ARIDA, Persio (org.). *Brasil, Argentina, Israel: inflação zero*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BARROS, L. G.; BELLUZZO, L. G.; ABRANCHES, S. *O primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso*. Debate mediado por José Arthur Gianotti. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo n. 44, mar. de 1996.
- BELIERO JR., J.C.M. Política econômica e democracia: qual política econômica para a democracia brasileira?. *Boletim. Revista da Área de Humanas*. Centro de Letras e Ciências Humanas, UEL, n. 48, 2005.
- BELIEIRO JR., J.C.M. Inflação e Política: a inflação na redemocratização brasileira. 2001. 115 fl. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). USP, São Paulo, 2001.
- BIER, A. G.; PAULANI, L. M.; MESSENERG, R. P. *O Heterodoxo e o Pós-Moderno: o Cruzado em Conflito*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

BRESSER PEREIRA, L.C.B. O Segundo Consenso de Washington e a Quase Estagnação da Economia Brasileira. *Revista de Economia Política*, v. 23, n. 3 (91), 2003.

CASTRO, Antônio Barros de. O Lado Real do Real: o debate e algumas surpresas. In: _____. *Vinte Anos de Política Econômica*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1999.

CASTRO, A. B.; BARROS, M.; BELLUZZO, L. G. *Estratégias para voltar a crescer*. Entrevista concedida à revista *Novos Estudos Cebrap*, n. 67, de nov. de 2003.

CRUZ, Sebastião Velasco. Brasil: aspectos políticos da crise econômica. In: *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 49, 2000.

FIGUEIREDO, Argelina, LIMONGI, Fernando; VALENTE, A. Governabilidade e Concentração de Poder Institucional: o governo FHC. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 11, n. 2, out. 1999.

FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

FIORI, J.L. *O Brasil no Espaço*. Petrópolis: Vozes, 2001.

FURTADO, C. Reflexões Sobre a Crise Brasileira. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 57, jul. de 2000.

GOLDENSTEIN, L; GIANNOTTI, L. J. A.; ALMEIDA, M. H. T. Política econômica: rumos recentes e futuros. Entrevistador: Amaury Bier. Entrevista concedida à revista *Novos Estudos Cebrap*, n. 68, mar. de 2004.

LESBAUPIN, Ivo. (org.) *O Desmonte da Nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 2000.

LOPES, Francisco. *O Choque Heterodoxo: combate à inflação e reforma monetária*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1986.

LOUREIRO, Maria Rita. Política e Burocracia no Presidencialismo Brasileiro: o papel do Ministério da Fazenda no Primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 14, 1999.

NOBRE, Marcus; FREIRE, Vinícius T. Política Difícil, Estabilização Imperfeita: os anos FHC. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 51, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. O primeiro ano do Governo Fernando Henrique Cardoso. (debate) In: *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 44, 1996.

OLIVEIRA, G; TUROLLA, F. Política Econômica do Segundo Governo FHC: mudança em condições adversas. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 15, n. 2, nov. de 2003.

PIO, C. A Estabilização Heterodoxa no Brasil: idéias e redes políticas. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n. 46, jun. de 2001.

SALLUM JR., Brasília. O Segundo Governo FHC: balanço crítico. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, nov. de 2003.

SALLUM JR., Brasília. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, São Paulo v. 11, n. 2, fev. 2000.

SALLUM JR., Brasília. Estamos Reorganizando o Capitalismo Brasileiro. Entrevista com Fernando Henrique Cardoso. In: *Lua Nova, Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 39, 1999.

SARDENBERG, C. A. *Aventura e Agonia: nos bastidores do Cruzado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARTZ, Gilson. Nota Sobre Limites e Possibilidades da Era FHC. In: *Lua Nova, Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 49, 2000.

SILVA, R. Planejamento Econômico e Crise Política: do esgotamento do plano de desenvolvimento ao malogro dos programas de estabilização. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 14, jun. de 2000.

SINGER, P. *O Dia da Lagarta: democratização e conflito distributivo no Brasil do Cruzado*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SOLA, Lourdes. *Estado, Mercado e Democracia: política e economia comparadas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

Recebido para publicação: 19/06/2006

Aceito para publicação: 26/11/2006